

**Pluralismo e Moral
numa Ciência Económica Satisfatória**

Hugo Pinto

2010

*O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e
Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC. N.º 4, 2010*
<http://cabodostrabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>

RESUMO

O presente artigo confronta as ideias da ortodoxia da ciência económica com as de uma Economia Satisfatória. O referencial da Escola Neoclássica parece desadequado a uma análise mais aprofundada do económico enquanto domínio complexo, caracterizado pela diversidade, pela evolução e pelo desequilíbrio. Uma Economia Satisfatória encontra lugar para o pluralismo teórico e metodológico e um papel para o carácter moral da acção humana individual e colectiva.

Palavras-chave: economia; ortodoxia; mainstream; pluralismo; moral

1. Introdução

"Há um ano atrás, as autoridades dos EUA permitiram que a Lehman Brothers falisse soltando o caos. Os mercados de capitais congelaram, os bancos tropeçaram e uma cascata de colapsos pareceu iminente. O sistema financeiro estava cercado de medo. A repetição rápida da crise bancária americana que soltou a miséria nos anos trinta ameaçou surgir." (Financial Times, 13 de Setembro de 2009)

De uma visão onde o mercado auto-regulado promovia o desenvolvimento e a prosperidade, os governos ocidentais tiveram, em 2009, de mudar a sua abordagem e intervir para salvar o capitalismo da crise dos mercados financeiros. Hoje, com sinais débeis de melhoria nas economias mundiais pouco se avançou na reflexão sobre esta crise. A discussão sobre várias verdades cristalizadas no mundo actual não se concretizou. Duas das questões mais relevantes referem-se ao modelo de capitalismo adequado para responder às emergências do mundo actual e a reconfiguração do paradigma da ciência económica para uma Economia mais satisfatória. O presente artigo foca explicitamente a segunda questão. As teorias da Economia saltaram para o mundo real, um referencial desajustado que promoveu uma determinada visão do mundo. As dimensões especulativas levaram à quebra de várias instituições financeiras o que se repercutiu por todos os domínios do económico. A calamidade atingiu tais proporções que criou, como referem Blackenburg e Palma (2009), uma sensação de urgência.

O ensaio é ainda um modesto contributo ao desafio de Hodgson (2008a: 277), que alerta para a necessidade deste debate:

"A menos que a economia mainstream tome atenção a estes avisos e prove a sua importância para o entendimento da mais grave crise do sistema capitalista desde os anos trinta, será condenada à irrelevância. A minha sugestão é que um protesto global de economistas dos mundos académico, estudantil e empresarial se organize para conduzir esta discussão. (...) Este protesto tem de ser liderado pelos economistas mais proeminentes e que estão preocupados com a direcção que segue a disciplina. Gostaria de sugerir que colocássemos esta questão no topo da nossa agenda."

O artigo organiza-se em três partes. Na primeira parte, imagina-se um debate entre a Economia Ortodoxa e a Economia Satisfatória onde são confrontados argumentos e posições. Na segunda parte, surge o economista David Colander, para defender o *mainstream* da ciência económica. No final, as implicações em termos de ideias de pluralismo e moral são aprofundadas para sublinhar a necessidade de uma mudança paradigmática na Economia que se faz e que se ensina.

2. Um Debate entre a Economia Ortodoxa e a Economia Satisfatória

O que muitos economistas acreditam é substancialmente diferente de uma perspectiva que pode ser definida como Economia Satisfatória (Pinto, 2008), onde existe uma mensagem comum e transversal da importância das instituições, do comportamento organizacional, da eficiência adaptativa, da incerteza e limitações informacionais e decisórias que trazem para a discussão problemas paralelos como são as normas, habitus, culturas, contextualidades, ou seja, processos de estruturação das interacções (Reis, 2007). Hogdson (2008b, 2007) explicita diferenças entre a Economia Ortodoxa e esta alternativa evolucionista e institucionalista, mais alargada e inclusiva, defendendo mesmo que esta corrente pode vir a constituir-se como um novo mainstream. Baseado nos contrastes indicados nessa oportunidade por Hogdson e, vagamente, por Lawson (2003, 2005) é interessante imaginar como seria um debate que colocasse frente-a-frente a Economia Ortodoxa (EO) e uma Economia Satisfatória (ES).

Num estúdio...

E(ntrevistador): Boa noite caras senhoras. Irá começar a Professora Doutora Economia Ortodoxa, sendo que a Sra. Economia Satisfatória responderá a seguir. Começamos por uma pergunta essencial. Então, o que é afinal a ciência económica? Não se aceita a resposta que a Economia é o que os economistas fazem...

EO: Boa noite. Como disciplina, a Economia é definida em termos de um conjunto de pressupostos centrais e técnicas analíticas. Baseada no pressuposto da escassez, é a

ciência da escolha, que pode ser aplicada a diferentes domínios que envolvam a decisão humana, desde os mercados, passando pela criminalidade até ao casamento.

ES: Boa noite. A Economia é o estudo científico de um objecto real - o económico. O económico é parte da sociedade humana e relaciona-se principalmente com a produção e a distribuição de riqueza.

E: Os economistas muitas vezes parecem desprezar outras ciências sociais. Porquê?

EO: Os economistas são profissionais altamente respeitados no mundo actual. Tal é visível, por exemplo, através das taxas de empregabilidade dos economistas, superiores às de jovens licenciados noutras áreas como a Sociologia, o Direito ou a História. O conhecimento gerado pela Economia é também muito valorizado e com grande visibilidade pública, principalmente devido ao poder dos pressupostos centrais da ciência económica e das técnicas que utiliza. A formação dos economistas é principalmente uma questão de aprendizagem e desenvolvimento de aptidões analíticas para a construção de modelos. Dada a objectividade da Economia, os economistas não precisam de saber muito sobre outras disciplinas.

ES: Concordo com o retrato efectuado sobre a actual situação da Economia. Mas note-se que esta valorização tem sido cada vez mais debatida e foco de insatisfação. O entendimento do económico carece da apreciação de mecanismos diversos da acção humana. A Economia não tem o monopólio do entendimento sobre o económico. Disciplinas como a Sociologia, a Psicologia, a História ou a Ciência Política fornecem contributos essenciais para o conhecimento dos comportamentos humanos e das instituições económicas. O trabalho do economista nestas disciplinas de fronteira é muito importante. O senso comum treinado é também muito relevante.

E: Mas esta posição não tem implicações na objectividade da ciência económica?

EO: Na minha posição é evidente. A precisão, em termos matemáticos, é uma virtude suprema que confere à Economia um carácter distinto das outras ciências sociais em termos de objectividade. A Economia é capaz de aconselhar a decisão política porque escolhe. Os políticos dizem *"quero um número!"*. E nós damos. Não oferecemos uma panóplia interminável de factores importantes. Conseguimos definir quais as variáveis que mais influenciam o comportamento dos agentes para se poder actuar sobre eles.

ES: Preliminarmente, há que referir que as noções de objectividade que a Economia

Ortodoxa tem são importadas das ciências naturais que têm, como é evidente, características muito distintas do que deve ser a objectividade nas ciências sociais. A precisão matemática é importante, mas a precisão em relação a conceitos centrais como mercado e empresa também o é. A precisão conceptual é tão essencial como a precisão matemática. Mas atenção, nenhuma ciência consegue ser totalmente precisa. Mais vale estar aproximadamente correcta que precisamente errada.

E: E a abordagem metodológica? Como se aproxima a Economia de um determinado objecto?

EO: A melhor forma de perceber um fenómeno é construir um modelo com suposições simples. A parcimónia é uma condição essencial para se conseguirem alcançar explicações adequadas da realidade económica. O equilíbrio é um aspecto central. Nos modelos explicativos, os mercados tendem a equilibrar-se fruto de mecanismos como os rendimentos decrescentes.

ES: Os modelos são muito úteis, mas a sua capacidade explicativa é limitada face a fenómenos altamente complexos. A simplificação apropriada é matéria para considerações críticas e experimentação. Um conhecimento profundo sobre o contexto histórico e institucional é muitas vezes mais relevante que um modelo matemático. Os modelos têm um estatuto ontológico distinto da realidade. Apesar desta ser um sistema aberto, os modelos sistemas fechados, baseados em econometria ou matemática podem ser apropriados. Compreendo que os modelos nunca podem ser uma representação exacta da realidade, mas permitem um entendimento parcial. O método não é essencial nem parte central do que é a Economia. Depende da situação concreta em estudo, existem métodos mais adequados e outros métodos menos relevantes e, por vezes, mesmo inúteis.

EO: Metodologicamente a Economia começa na análise do indivíduo. O agente, a empresa, o consumidor, é levado para o centro da análise. Cada indivíduo tem um leque de preferências individuais que tenta otimizar de acordo com as restrições a que está sujeito. A sociedade é composta pela agregação dos indivíduos. A racionalidade é a pedra basilar da ciência económica. Pode ser definida em termos de consistência de comportamento individual. Significa que ao agir e interagir o indivíduo tem planos lógicos tentando otimizar a sua satisfação. A racionalidade pressupõe que o agente é capaz de estabelecer uma ordenação transitiva de preferências. O indivíduo é sempre o melhor juiz dos seus interesses. Os assuntos morais relevantes são redutíveis a questões de preferência individual ou utilidade.

ES: Todas as ciências sociais começam nos indivíduos e nas relações entre os indivíduos. Mas a Economia continua apaixonada pela ideia de Robinson Crusoe, sozinho numa ilha, onde ocasionalmente interage com o Sexta-feira. Na prática, nem o mais ortodoxo dos economistas parte do indivíduo sozinho. A sociedade não é uma mera colecção de indivíduos, engloba também os seus sistemas de regras, os quais permitem a interacção e comunicação. A estrutura social e a agência humana são mutuamente constitutivas. Esta ideia da ligação agência-estrutura é largamente compatível com a noção de causalidade descendente reconstrutiva, que permite ultrapassar a dicotomia entre individualismo e colectivismo metodológico. A retórica da racionalidade é uma imagem grosseira das disposições e mecanismos psicológicos e contextuais que moldam a acção. Existem abundantes evidências que os seres humanos não são completamente egoístas, mesmo quando nos limitamos ao mundo empresarial. Esta visão do individualismo enquanto referencial do comportamento humano também corrompe a acção humana no mundo real. Devido às diferentes capacidades cognitivas e acesso à informação nem sempre o indivíduo é o seu melhor juiz. Mas atenção, nem o indivíduo nem o Estado devem ser juizes incontestados do bem-estar individual. Processos democráticos participados são essenciais para a identificação e avaliação das necessidades humanas. Os julgamentos morais diferem das preferências individuais principalmente porque devem ser universais e não meramente uma convenção. Esta é uma das razões pela qual todas as sociedades têm imperativos morais que limitam o comportamento individual.

EO: Um exemplo da capacidade da nossa abordagem é a análise da Economia do Bem-estar. Uma aplicabilidade quase universal, com grande interesse para a discussão da sustentabilidade ambiental, da educação ou da saúde.

ES: Cara Sra. Professora, eu acho esse exemplo excelente, mas para ilustrar precisamente o contrário. Os limites da análise centrada na utilidade são visíveis nos três temas que identificou, porque não fornecem as avaliações adequadas. Necessidades básicas e preocupações de equidade e de informação limitada são demasiado importantes nestas áreas e não podem ser menosprezadas.

EO: Mas concerteza concorda que as recomendações de bem-estar devem ser eficientes à Pareto...

ES: Nem por isso, o critério de eficiência de Pareto não é *standard* único para a avaliação de bem-estar. Hoje muitos economistas defendem critérios diferentes como a soma total da felicidade humana que muito dificilmente pode ser eficiente à Pareto. O aspecto central é a felicidade humana.

E: Então, como enquadrar as ideias de escassez e racionalidade neste debate? Como se interligam as duas noções?

EO: A escassez é uma noção essencial para compreender a racionalidade, submete desde sempre todos os homens às suas regras, levando a que estes se organizem e estabeleçam relações para contornar os seus efeitos. Por exemplo, a divisão do trabalho ou outros comportamentos de natureza económica surgem para melhor alocar os meios escassos em relação aos vários fins possíveis. No mundo real, a escassez está sempre presente e os agentes têm que decidir racionalmente como usar os limitados recursos disponíveis.

ES: Apesar da escassez ser considerada central nas ideias dos economistas ortodoxos, o processo de decisão de capacidades computacionais humanas são tomadas como infinitas. No mundo complexo estas capacidades humanas são altamente limitadas. Nas noções mais elaboradas de racionalidade, a razão é adicionada de intuição e imitação. Para além desses limites, pressupostos como a informação perfeita não se concretizam no mundo real. Os indivíduos interpretam a informação disponível de forma diferenciada com base na sua aprendizagem pessoal e inserção colectiva. As teorias da escolha racional, que cingem os comportamentos à maximização do lucro das empresas ou da utilidade das famílias, são postas em causa por um número de reflexões que sublinham que o processo de escolha humana não é livre de erros, não ignora factores emocionais nem se materializa fora de um contexto social específico. A noção de racionalidade limitada é relevante para compreender a decisão humana.

E: Última questão. E os mercados?

EO: Os mercados são o contexto universal da interacção humana. Os mercados são o melhor mecanismo para a promoção do crescimento. Mesmo os mercados financeiros, hoje criticados, são um bom exemplo porque normalmente são auto-regulados e indutores de eficiência. O mercado livre é genericamente benéfico para todos, dos mais pobres aos mais ricos, quer estejamos a considerar o nível individual, quer agregado. A mão invisível encarrega-se de levar os agentes para o óptimo e os mercados para o nível potencial no longo prazo. O desenvolvimento económico é principalmente, uma consequência da “exportação” dos mercados concorrenciais. Os mercados têm falhas que não permitem alcançar a situação óptima. O papel do Estado é eliminar as restrições para que os mercados possam funcionar e mostrar a sua virtuosidade.

ES: Os mercados são uma instituição específica que organizam as trocas. Os mercados

diferem em termos das suas regras e resultados procurados. Os mercados têm uma história recente, surgiram nos últimos dois mil e quinhentos anos. Raramente emergem espontaneamente, envolvem custos de criação e um leque alargado de condições prévias. Os mercados necessitam de regras para operarem, como a protecção da propriedade privada e a capacidade de *enforcement* dos contratos. Os mercados falham na provisão de bens com as características de bem público. Os problemas de incerteza e de racionalidade limitada provocam instabilidade. Neste caso, como acontece nos mercados financeiros, apenas a regulação pode controlar esta inconstância. O desenvolvimento dos actuais países mais ricos não ocorreu num contexto de comércio livre. Os rendimentos crescentes, o desequilíbrio e a causalidade cumulativa são essenciais à compreensão da realidade concreta. A história é crucial e existem dependências da trajectória. Sem as instituições adequadas ao nível nacional e internacional, a prática do comércio livre significa que as empresas nascentes têm dificuldade em competir com as empresas estabelecidas (muitas vezes grandes corporações) do estrangeiro. Sem uma administração nacional robusta e instituições financeiras, legais e administrativas, um mercado concorrencial é impossível. O desenvolvimento económico requer tais instituições!

E: Minhas senhoras, agradeço a vossa participação. Penso que este debate foi esclarecedor sobre as vossas posições e argumentos.

Nas horas que se seguiram ao debate, os vários espaços informativos da comunicação social discutiram quem teria tido mais sucesso, onde estiveram os argumentos mais fortes, quem afinal tinha ganho a discussão.

3. A Defesa do Mainstream

Se um debate deste tipo acontecesse, a Economia Ortodoxa não sairia intocada. Revisitar as ideias de Colander (2004), que se apresenta como um economista “comum”, pode ser interessante enquanto defesa do mainstream da teoria económica. De notar que o mainstream e a ortodoxia não são exactamente a mesma coisa, mas que coincidem largamente em muitos pontos, numa visão kuhniana, na fase de ciência normal.

Colander enuncia algumas das acusações à profissão de economista, que os heterodoxos definem como oposta ao pluralismo, dogmaticamente amarrada à ortodoxia e ideologicamente enviesada. Para o autor, acusar um determinado grupo como ideologicamente enviesado é uma discussão inútil, uma vez que todos o são,

inclusive os economistas. O enviesamento ideológico acontece principalmente por dois tipos de razões: (i) o facto da Economia estar próxima das deliberações políticas em que muitas vezes a presença da ideologia é um requisito para dar sentido e significado aos conceitos teóricos, e (ii) a manutenção do *status quo* (entendido como o poder de determinado grupo). Colander é crítico deste segundo tipo de razão, uma vez que concebe a investigação como crítica aos factores dominantes na sociedade para poder ser uma alavanca da mudança.

O autor defende que o desinteresse dos economistas do *mainstream* na ideologia é porque esse não é um assunto do seu interesse específico. Os economistas não se pensam como políticos mas como técnicos, estudando relações empíricas e percebendo como funcionam as políticas. Colander refuta a acusação do *mainstream* ser mais enviesado ideologicamente que outras correntes, em particular, porque estas acusações partem muitas vezes de autores conhecidos pelas suas posições ideológicas.

Colander recusa a instrumentalização política das teorias da escolha racional como ferramenta para salvar o capitalismo enquanto modo de organização da sociedade. Colander rejeita esta visão por dois motivos, i) a teoria da escolha racional não deve ser vista como uma arma de qualquer guerra, mas como um programa científico interessante para um leque alargado de investigadores e de temas; e ii) os investigadores juntam-se a *think tanks*, como o RAND, não por qualquer cabala ou conspiração, mas porque nestes *fora* estão as pessoas mais interessantes e também recursos financeiros consideráveis para a prossecução das pesquisas. As noções actuais de racionalidade do economista do *mainstream* transcendem em muitos aspectos a concepção restrita de racionalidade que muitas vezes se sugere que ainda é utilizada.

Colander levanta a questão da possibilidade de um dos problemas da Economia actual ser a preocupação excessiva em não ter um enviesamento ideológico. Para evitar enviesamentos há que ter em atenção as distinções necessárias entre a Economia Positiva (Pura) e a Economia Aplicada (Impura, como lhe chama Reis, 2007) com um regresso às *Arts* perdidas com o seu importante poder normativo. Adam Smith e John Stuart-Mill não estavam preocupados com o seu enviesamento ideológico.

No final, Colander defende que o *mainstream* e os mercados são as alternativas menos más para a teoria económica e para a organização da sociedade.¹

¹ Um ponto a reflectir é se com a crise económica gerada pela desregulação dos mercados financeiros, Colander poderia afirmar isto com a mesma convicção.

4. Implicações para a Economia

4.1. Ideias de Pluralismo

“Sobre métodos digo-vos que a economia deve usar todos os métodos conhecidos da ciência. Em relação ao seu domínio, a economia é o estudo das acções do homem na sua vida quotidiana... como obtém o seu rendimento e como o utiliza.” (Alfred Marshall, 1889²)

No modelo padrão da Economia Ortodoxa (Walliser, Lesourne e Orléan, 2004), a racionalidade otimizadora, o equilíbrio e a eficiência dos mercados têm limitações potenciadas pelos exageros do individualismo metodológico, do formalismo matemático e da obsessão pela modelação. A Economia vive um momento em que o paradigma dominante, baseado na Escola Neoclássica, começa a ser limitado e parece ser uma abordagem desadequada para a compreensão do mundo. Os métodos quantitativos têm uma hegemonia clara e criam a ilusão de uma aproximação à objectividade preconizada pelo padrão das ciências naturais. O formalismo existente confia excessivamente nos seus métodos (Chick, 1998), que não são tão robustos nem tão independentes do utilizador quanto advoga. A imprecisão que os métodos formais parecem suprimir apenas acontece em teoria, porque o objecto, o económico, continua vago e complexo como com qualquer outro método. Tony Lawson (2009), que rejeita qualquer tipo de modelação econométrica ou baseada em inferência estatística para explicar o económico, assume uma posição radical neste tema. O autor refere que partir de sistemas fechados para a explicação da realidade complexa, um sistema aberto, não é adequado. A posição de Hodgson (2007), que discorda de Lawson, é mais ponderada ao evidenciar que ontologicamente existe uma distinção entre um modelo e a própria realidade. Por definição, o objectivo de um modelo é sempre a compreensão de uma parte limitada de um fenómeno. A fertilização cruzada é um aspecto positivo para robustecer uma ciência (Dow, 2007), mas neste contexto é necessária ainda maior atenção ao rigor.

Vale a pena especificar uma técnica, em particular, que tem sofrido grande atenção (Pinto, 2009). A econometria, que surgiu como um programa de investigação que apontava essencialmente para a supressão das falhas de mercado e a regulação no económico, foi absorvida pelo paradigma teórico dominante (Louçã, 2003). Actualmente, a crítica à universalidade da econometria enquanto solvente universal é grande. As estimativas econométricas devem ser interpretadas com uma *“pitada de sal”*, com a consciência de que em vários fenómenos a econometria é de uso muito

² Citações a Keynes e Marshall retiradas de Marchionatti (2002).

limitado (Swann, 2006). A econometria tem um lugar importante na Economia Aplicada, mas um papel mais modesto sobretudo quando se assume, em muitas escolas, que uma tese sem econometria avançada não é uma tese em Economia.

Colander *et al.* (2009) e Juselius (2009) também entram nesta controvérsia, mostrando que os modelos econométricos têm responsabilidades na crise actual ao basearem-se nas assumpções irrealistas de expectativas racionais e de agente representativo. Especificações mais realistas construídas de uma base empírica para contrastar com a modelação guiada por crenças pré-analíticas sobre a validade de determinado modelo podem ser adequadas. A forma de recuperar a Economia passará também pela construção de uma abordagem formal que seja apropriada à complexidade. Estes autores indicam os modelos cointegrados VAR (Vector Autoregressive) como capazes de detectar estruturas robustas por detrás dos dados empíricos e um ponto de partida para uma tal abordagem. Não é particularmente útil discutir os instrumentos apenas pelas limitações do método, mas porque um único método é parcial. O pluralismo é útil para defender a Economia ajustando os métodos escolhidos ao objecto de estudo.

Um leque muito alargado de heterodoxias tem ganho relevância acrescida na teoria económica (Davis, 2006). Se pensarmos que uma ciência depende da instrução e da investigação dessa disciplina compreendemos que, apesar da instrução permanecer eminentemente ligada à ortodoxia, a investigação é cada vez mais caracterizada por um elevado grau de pluralismo teórico e metodológico. A investigação que vingar irá ser sintetizada e transposta para a instrução, o que acontece, primeiro, em programas de estudos avançados, como programas doutorais, que forcem o alargamento da fronteira de investigação. Davis ilustra a sua ideia de expansão e contracção da ortodoxia com a capacidade intrínseca de reforçar a sua componente explicativa no *mainstream*, o que se reflecte na capacidade de exportar referenciais teóricos e metodológicos para outras áreas científicas, ou pelo contrário, aumentar o pluralismo no *mainstream* importando conteúdos de outras ciências. Esta visão da consolidação de um corpo teórico, da ortodoxia enquanto uma balança comercial, pode ser ilustrada pelo momento conhecido como o imperialismo da Economia, onde se destacou Gary Becker levando a teoria da escolha racional para temas como o crime ou o matrimónio ou, por outro lado, o momento actual de pluralismo alargado, que Davis define como imperialismo revertido. Em momentos de expansão do paradigma dominante, de ciência normal, os economistas não sentem necessidade de perceber a história da evolução da disciplina e de justificar as suas opções metodológicas quando ligadas ao que defende a ortodoxia. No momento actual,

continua a existir uma separação evidente entre ortodoxia e heterodoxia, sendo que Davis refere que poderá estar a acontecer uma apropriação selectiva de muitos conteúdos heterodoxos pelo *mainstream*.

O *mainstream* da Economia é cada vez menos a ortodoxia da Economia, um grupo cada vez mais alargado de pensadores heterodoxos vê-se como membro do *mainstream* e é reconhecido pela elite do *mainstream* como elemento integrante deste colectivo. Ao pluralismo teórico, enraizado em várias abordagens heterodoxas, na investigação e na formação avançada, emergem novas abordagens metodológicas. Mas defender desde já a morte da Escola Neoclássica (Colander, 2000) e a queda da ortodoxia pode ser excessivo, sobretudo quando o ensino continua a ser dominado pelas ideias da escolha racional e os economistas continuam, numa proporção muito elevada, a recorrer a estes quadros conceptuais e metodológicos.

4.2. Ideias de Moral

“A economia é uma ciência essencialmente moral e não uma ciência natural. Ou seja, emprega introspecção e juízos de valor.” (John Maynard Keynes, 1938).

A expurgação do conteúdo normativo da Economia acontece com Lionel Robbins (1932) ao diferenciar a Política Económica (Political Economy) da ciência económica (Economics).³ Esta ideia já vinha de Maffeo Panteleoni, em 1898, ao definir a Economia Pura enquanto domínio que englobava as definições fundamentais, teoremas e classificações que constituem a ciência económica, na qual a arte económica, associada à Economia Política caía fora do seu âmbito.⁴ Esta visão procurava essencialmente responder a Alfred Marshall, ao seu *Principles of Economics* de 1890, onde se optava por agregar as duas vertentes da Economia.

A noção do que é a Economia faz parte dos manuais introdutórios à disciplina. A Economia é apresentada aos estudantes do Ensino Superior como a ciência da escassez, tendo uma vertente positiva e uma normativa. Tomando como referência um dos mais utilizados manuais (Frank, 1991) a vertente positiva refere-se às consequências de políticas específicas e de arranjos institucionais, enquanto a normativa preocupa-se sobre que políticas ou arranjos institucionais levam para o melhor resultado, tendo em consideração determinados valores subjectivos. Na

³ Note-se que Robbins vivia uma contradição: enquanto pensador apresentou uma Economia baseada nas ideias de escassez e na eliminação dos conteúdos normativos, mas enquanto cidadão teve muitas reticências em utilizar esse referencial nas suas actividades profissionais, nomeadamente na gestão de artes e cultura (cf. Balisciano e Medema, 1999).

⁴ Como discutido em Colander (2007).

verdade, é surpreendente encontrar na leitura deste manual uma distinção tão robusta e mesmo cativante com recurso a noções ligadas às teorias institucionalistas. O problema surge depois, ao trazer para o quotidiano do ensino e da prática da investigação é surpreendente encontrar na leitura deste manual as ideias de Robbins, que considerava apenas a Economia Positiva como ciência, reservando à componente normativa da Economia e às outras ciências sociais e humanas um papel de conhecimento útil mas não científico.

A discussão da normatividade na Economia é aprofundada por Crespo (1998a, 1998b, 1998c)⁵ ao reabilitar a noção aristotélica de ciência prática como útil para compreender as ciências sociais. As ciências práticas são ciências porque cumprem o pressuposto essencial de serem um conhecimento discursivo a partir de certos processos que são as causas do que se procura explicar, e de serem um conhecimento demonstrativo sobre um objecto relativamente universalizável. Uma ciência prática está ligada à acção humana e pressupõe sempre um juízo moral. As características de uma ciência prática são a inexactidão, o fim prático, o carácter normativo-ético, a importância central da experiência e o pluralismo metodológico, características que uma Economia Satisfatória deveria ter na actualidade. Estas características mostram que as ciências sociais procuram alcançar um nível de exactidão (que se confunde com objectividade) desadequado ao tipo de conhecimento que produzem e utilizam. Uma ciência social tem um propósito teórico e formal, mas é sempre motivada pela acção devido ao carácter prático que define o seu estatuto epistemológico. A definição aristotélica *oikonomiké* era ligada à boa vida, uma vida moral. A ideia de Economia Política e de *Economics* só faz sentido em articulação, em unidade, com uma Economia enquanto engenharia do económico. Mesmo que pensemos na definição de Robbins como meramente descritiva, baseada no que os economistas faziam na sua altura, esta já não se adequa ao que fazem actualmente.

Uma ciência social será sempre enviesada moralmente. Existem implicações das teorias quer no mundo real, quer nas políticas que são desenhadas, quer nos agentes que a elas se adaptam - note-se a influência da Escola de Chicago nas economias liberais de mercado (como os Estados Unidos ou o Reino Unido). A dificuldade em distanciar o investigador do seu objecto afunda-o no social, dificultando e condicionando as análises efectuadas à posição do observador. As teorias construídas nas ciências sociais alteram o próprio objecto, modificando os comportamentos dos seres humanos. A discussão dos meios não é independente dos fins. A Economia é

⁵ Boettke (1998) respondeu a Crespo ao tentar ilustrar que a lógica económica pode ser isenta de valores.

uma ferramenta para a felicidade humana e não deve ser limitada à competitividade ou a uma visão estrita de eficiência. O económico é um domínio da vida humana com relações entre actores e instituições, caracterizado pela complexidade, o desenvolvimento e a mudança, composto por fluxos de trocas e uma inexpurgável dimensão ético-normativa. Não é válido retirar os fins da análise da Economia arrastando consigo os valores para legitimar uma visão positivista de ciência. As ciências naturais têm sido muitas vezes o referencial desadequado de objectividade e qualidade científica para as ciências sociais (Prpic, 2009). É crucial refundar a ciência económica com base num paradigma diferente que permita compatibilizar o que é a objectividade com a introdução dos valores na análise. Tal só é possível renovando a ideia sobre o que é e o que tem de ser a Economia.

Referências Bibliográficas

- Balisciano, Márcia; Medema, Steven (1999), "Positive Science, Normative Man: Lionel Robbins and the Political Economy of Art", *History of Political Economy*, Duke University Press, 31, 256-284.
- Blakenburg, Stephanie; Palma, José Gabriel (2009), "Introduction: The Global Financial Crisis", *Cambridge Journal of Economics*, 33, 531-538.
- Boettke, Peter (1998), "Controversy: Is Economics a Moral Science? A Response to Ricardo F. Crespo", *Journal of Markets and Morality*, 1 (2), 212-219.
- Chick, Victoria (1998), "On Knowing One's Place: The Role of Formalism in Economics", *The Economic Journal*, 108, 1859-1869.
- Colander, David (2000), *The Death of Neoclassical Economics*, Middlebury College Economics Discussion Paper.
- Colander, David (2004), *Economics as an Ideologically Challenged Science*, Middlebury College Economics Discussion Paper.
- Colander, David (2007), *What was "It" that Robbins was Defining*, Middlebury College Economics Discussion Paper.
- Colander, David; Föllmer, Hans; Haas, Armin; Goldberg, Michael; Juselius, Katarina; Kirman, Alan; Lux, Thomas; Sloth, Brigitte (2009), *The Financial Crisis and the Systemic Failure of Academic Economics*, Kiel Working Paper, 1489, Institut für Weltwirtschaft: Kiel.
- Crespo, Ricardo (1998a), "Controversy: Is Economics a Moral Science?", *Journal of Markets and Morality*, 1 (2), 201-211.
- Crespo, Ricardo (1998b), "Controversy: Is Economics a Moral Science? A Response to Peter J. Boettke", *Journal of Markets and Morality*, 1 (2), 220-225.
- Crespo, Ricardo (1998c), "La ciencia práctica y sus características: ensayo de sistematización y aplicación a la economía", *Analogía Filosófica*, 12 (2), 173-196.
- Davis, John (2006), "The Turn in Economics: Neoclassical Dominance to Mainstream Pluralism", *Journal of Institutional Economics*, 2 (1), 1-20.

- Dow, Sheila (2007), "Variety of Methodological Approach in Economics", *Journal of Economic Surveys*, 21 (3), 447-19.
- Frank, Robert (1991), *Microeconomics and Behavior*. Singapura: Mcgraw-Hill.
- Hodgson, Geoffrey (2007), "Evolutionary and Institutional Economics as the New Mainstream?", *Evolutionary and Institutional Economics Review*, 4 (1), 7-25.
- Hodgson, Geoffrey (2008a), "After 1929 Economics Changed: Will Economists Wake up in 2009?", *Real-world Economics Review*, 48, 273-278.
- Hodgson, Geoffrey (2008b), *What is Wrong with Mainstream Economics? And How Could Economics be Improved*, <<http://www.feed-charity.org/our-differences-with-mainstream-economics.htm>>.
- Juselius, Katarina (2009), *Time to Reject the Privileging of Economic Theory Over Empirical Evidence? A Reply to Lawson (2009)*, Discussion Papers, Department of Economics, University of Copenhagen.
- Lawson, Tony (2003), "Institutionalism: On the Need to Firm up Notions of Social Structure and the Human Subject", *Journal of Economic Issues*, XXXVII, 1, 175-207.
- Lawson, Tony (2005), "The Nature of Institutional Economics", *Evolutionary and Institutional Economics Review*, 2 (1), 7-20.
- Lawson, Tony (2009), "The Current Economic Crisis: Its Nature and the Course of Academic Economics", *Cambridge Journal of Economics*, 33, 759-777.
- Louçã, Francisco (2003), "Modernização, modernismos e o mistério da teoria crítica na economia", in Boaventura Sousa Santos (ed.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*. Porto: Afrontamento, 583-603.
- Marchionatti, Roberto (2002), *Dealing with Complexity: Marshall and Keynes on the Nature of Economic Thinking*, Working paper No. 01/2002, Department of Economics S. Cogneetti de Martiis, Università di Torino.
- Pinto, Hugo (2008), "Caminhos para uma Teoria Económica Satisfatória: Transcender os Limites da Ortodoxia com as Visões Institucionalistas", *e-Cadernos do CES*, 2.
- Pinto, Hugo (2009), *Possibilidades para uma Economia Não-Quantitativo Dependente: A Pluralidade dos Métodos face à Dominância da Econometria*, Discussion Papers Spatial and Organizational Dynamics, 1. CIEO: Faro.
- Prpic, Katarina (2009), *Beyond the Myths about the Natural and Social Sciences*. Edition Science and Society. Zagreb: Institute for Social Research.
- Reis, José (2007), *Ensaio de Economia Impura*. Coimbra: Almedina.
- Robbins, Lionel (1932), *Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. Londres: Macmillan [1ª edição].
- Swann, Peter (2006), *Putting Econometrics in its Place: A new direction in Applied Economics*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Walliser, Bernard; Lesourne, Jacques; Orléan, André (2004), *A Revolução da Microeconomia Evolucionista*. Lisboa: Instituto Piaget.

Nota biográfica

Hugo Pinto é Economista. Mestre em Economia Regional e Desenvolvimento Local e Licenciado em Economia pela Universidade do Algarve. É doutorando no Programa "Governança, Conhecimento e Inovação", organizado pelo Centro de Estudos Sociais

e pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde prepara, com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. SFRH/BD/35887/2007), uma tese sobre as dimensões institucionais da transferência de conhecimento.

Contacto: *hpinto@ualg.pt*